

Diário Açores

14-04-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 3630

Temática: Justiça

Dimensão: 1044

Imagem: S/Cor

Página (s): 10

Operação Tax Free

Funcionários do fisco vigiados pela Polícia Judiciária durante ano e meio

Com os telemóveis sob escuta, os computadores vigiados, assim como os encontros com intermediários, os passos dos oito funcionários da Autoridade Tributária detidos Terça-feira pela Polícia Judiciária foram completamente controlados no último ano e meio, numa investigação que a Unidade Nacional de Combate à Corrupção baptizou de Tax Free (livre de impostos). Ao todo, 15 pessoas foram detidas e ontem foram interrogadas por um juiz de instrução.

De acordo com fonte judicial, os oito funcionários das Finanças detidos - nos quais se incluem técnicos de administração tributária, inspetores tributários, chefes de finanças, um director de serviços da Autoridade Tributária, um director de finanças adjunto, um membro do Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros - são suspeitos de receber dinheiro e outras benesses para a prática de vários actos.

Essas acções - que configuram os crimes de corrupção activa e passiva para acto ilícito, recebimento indevido de vantagem e falsidade informática - iam desde limpezas de cadastros fiscais das empresas e empresários até à venda de informação sob sigilo fiscal, passando pela emissão de declarações de regularização fiscal, as quais terão permitido a algumas firmas participar em concursos públicos e que estariam impedidas de o fazer devido à existência, real, de dívidas.

Entre os elementos do fisco e os empresários interessados nos seus serviços existia uma rede de técnicos oficiais de contas e advogados que fariam a ponte entre as partes, ou seja, eram os intermediários dos negócios. Este esquema poderá ter lesado o Estado em vários milhões de euros.

Em comunicado, a Procuradoria-Geral da República adiantou apenas que aquelas "alegadas ligações" "terão sido estabelecidas entre alguns suspeitos, funcionários da Autoridade Tributária, e técnicos oficiais de contas, advogados, empresários, outros prestadores de serviços na área tributária e contribuintes que



se mostrassem dispostos a pagar quantias monetárias ou outros proventos para que lhes fosse fornecida informação fiscal, bancária ou patrimonial de terceiros e consultadoria fiscal”.

Segundo a Polícia Judiciária, a operação resultou de uma “complexa e sigilosa investigação” da Unidade Nacional de Combate à Corrupção daquela polícia, em colaboração com a Autoridade Tributária (AT) - que cedeu o acesso aos computadores dos suspeitos durante o período da investigação -, e mobilizou mais de 200 elementos da Polícia Judiciária, bem como magistrados judiciais e do Ministério Público, que fizeram 120 buscas em casas particulares, empresas, escritórios de advogados e de técnicos oficiais de contas, assim como no local de trabalho dos funcionários do fisco, tendo os inspetores recolhido diversa docu-

mentação. Tudo na região de Lisboa.

Em reacção à notícia de buscas nos serviços da Autoridade Tributária (AT), que estão na alçada do Ministério das Finanças, a tutela limitou-se a confirmar que “a operação em curso está a ser feita com a colaboração” da própria AT, “que coadjuva a investigação criminal da Polícia Judiciária neste processo”. Aliás, segundo informações recolhidas pelo DN, a AT disponibilizou um técnico, que tem estado a trabalhar quase a tempo inteiro com os inspetores da Judiciária, os mesmos que em 2015 investigaram um esquema de corrupção na Segurança Social, em Lisboa e, mais recentemente, detiveram o antigo procurador Orlando Figueira por suspeitas de corrupção e dois inspetores da PJ ligados ao combate ao tráfico de droga, precisamente pelo mesmo crime.

Treze pessoas acusadas

Em Novembro do ano passado, o Ministério Público acusou 13 pessoas de corrupção e uma empresa de branqueamento de capitais. O coordenador do serviço de atendimento do Areeiro do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, António Botelho, foi acusado de 28 crimes de corrupção passiva e quatro crimes de falsificação de documentos, alguns dos quais em co-autoria com outros arguidos. O Ministério Público decidiu também acusar, entre outras pessoas e empresas, o director do núcleo de gestão do cliente do Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social, Luís Mimoso Cerqueira, de nove crimes de corrupção passiva e três de falsificação de documento.